

Adalberto José Queiroz Telles  
 de Camargo Aranha Filho  
 Frederico Valdez  
 José Carlos Tajra Reis Junior  
 Rômulo Lago e Cruz  
 Grécio Nogueira Grégio  
 Mariana Rezende  
 Ferreira Yoshida  
 Fábio Aguiar Munhoz Soares  
 Alexandre Abrahão  
 Marcela Santana Lobo  
 Marcelo Semer  
 André Nicolitt  
 Rubens R R Casara  
 Antônio Souza Lemos Júnior  
 Glender Malheiros  
 Danielle Souza de Andrade e Silva Cavalcanti  
 Néviton Guedes  
 Tadeu Santos Cardoso  
 Manoel de Queiroz  
 Pereira Calças  
 Bruno Hermes Leal  
 Gisléa Aguiar Wanderley  
 Fernando Zardini  
 Antonio Graciela de Rezende  
 Henriquez Débora Valle de Brito  
 Carlos Alberto Garcete  
 Lucas Salles  
 André Guasti Motta  
 Rosmar Antonni Rodrigues  
 Cavalcanti de Alencar  
 Luís Eduardo Fachetti de Oliveira  
 Carlos Eduardo Ribeiro Lemos  
 Carolina Souza Malta  
 Jayme Weingartner  
 João Pedro Gebran Neto  
 C J Neto  
 Claudia Catafesta

ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
 AMÉRICO BEDÊ JÚNIOR  
 GUILHERME MADEIRA DEZEM

# JUSTIÇA CRIMINAL

## NA ÓTICA DOS JUÍZES BRASILEIROS

VOL. I

THOMSON REUTERS  
**REVISTA DOS  
 TRIBUNAIS™**



*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais*

**JULIANA MAYUMI ONO**

*Gerente de Conteúdo*

**MILISA CRISTINE ROMERA**

*Editorial:* Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Emanuel Silva, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

*Gerente de Conteúdo Tax:* Vanessa Miranda de M. Pereira

*Direitos Autorais:* Viviane M. C. Carmezim

*Assistente de Conteúdo Editorial:* Juliana Menezes Drumond

*Analista de Conteúdo Editorial Júnior:* Bárbara Baraldi

*Estagiários:* Ana Carolina Francisco, Francisco Prado e Marco Antonio Fonseca

*Produção Editorial*

*Gerente de Conteúdo*

**ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES**

*Especialistas Editoriais:* Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

*Analista de Projetos:* Thyara Pina da Silva

*Analistas de Operações Editoriais:* Carina Baptista, Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

*Analistas de Qualidade Editorial:* Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Gabriela Cavalcante Lino e Victória Menezes Pereira

*Estagiários:* Beatriz Hammond, Bianca Satie Abduch, Caroline Dubovicki e Gabrielly N. C. Saraiva

*Capa:* Linotec

*Líder de Inovações de Conteúdo para Print*

**CAMILLA FUREGATO DA SILVA**

*Equipe de Conteúdo Digital*

*Coordenação*

**MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO**

*Analistas:* Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

*Gerente de Operações e Produção Gráfica*

**MAURICIO ALVES MONTE**

*Analistas de Produção Gráfica:* Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

*Assistente de Produção Gráfica:* Ana Paula de Araújo Evangelista

1221683

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Coleção Justiça criminal : vol. 1 / Rogério Schietti Cruz, Américo Bedê Júnior e Guilherme Madeira Dezem, coordenação. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2022.

Vários autores.  
Bibliografia.  
ISBN 978-65-260-0927-7

1. Direito processual penal - Brasil 2. Justiça criminal - Brasil 1. Cruz, Rogério Schietti. II. Dezem, Guilherme Madeira. III. Bedê Júnior, Américo.

22-117004

CDU-343.1(81)

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Brasil : Justiça criminal : Direito processual penal 343.1(81)  
Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	5
<b>1. CONTRA O ABOLICIONISMO PROCESSUAL PENAL: A ESPERANÇA DE UM PROCESSO PENAL JUSTO .....</b>	<b>17</b>
AMÉRICO BEDÊ JÚNIOR	
Introdução .....	17
1. A utopia abolicionista: o processo penal como instrumento deliberado de opressão e parcialidade – A criação de um abolicionismo processual .....	18
2. O processo penal como meio de realização da justiça e satisfação da vítima....	21
3. Conclusão – O processo penal justo: equilíbrio entre direitos fundamentais do réu, da vítima e da sociedade .....	24
Bibliografia .....	29
<b>2. O PROCESSO PENAL BRASILEIRO EM CONTEXTOS INTERCULTURAIS: OS POVOS INDÍGENAS .....</b>	<b>31</b>
RAFFAELA CÁSSIA DE SOUSA	
Introdução .....	31
1. Os povos indígenas como grupos étnicos autodeterminados .....	32
2. A aplicação de sanções e do sistema jurídico dos próprios povos indígenas....	35
3. Por um processo penal intercultural.....	37
Considerações finais .....	38
Bibliografia .....	39
<b>3. TRÊS DESAFIOS PARA A MAGISTRATURA, O PROCESSO PENAL E O DIGITAL .....</b>	<b>41</b>
GUILHERME MADEIRA DEZEM e ADALBERTO JOSÉ QUEIROZ TELLES DE CAMARGO ARANHA FILHO	
Introdução .....	41
1. A tecnologia .....	42
2. Tecnologia e direitos humanos .....	46
3. O papel do Poder Judiciário .....	50
4. À guisa de conclusão .....	53
Bibliografia .....	54

4.	<b>A GRAÇA CONCEDIDA AO DEPUTADO DANIEL SILVEIRA E A MORA- LIDADE COMO CRITÉRIO DE VALIDADE DO ATO PRESIDENCIAL – UMA ANÁLISE A PARTIR DO POSITIVISMO (INCLUSIVO).....</b>	55
	ANDRÉ NICOLITT e ANTÔNIO SOUZA LEMOS JÚNIOR	
	Introdução .....	55
	1. O instituto da graça .....	56
	2. Surgimento do Estado Constitucional de Direito. A conexão meramente contingencial entre direito e moral. A opção do constituinte brasileiro sobre a questão.....	57
	Conclusão.....	62
	Bibliografia .....	63
5.	<b>IMPARCIALIDADE JUDICIAL: PARÂMETROS DA CORTE INTERAMERI- CANA QUANTO À ATUAÇÃO DO JUIZ PENAL .....</b>	65
	FREDERICO VALDEZ	
	Introdução .....	65
	1. Significados subjetivo e objetivo da imparcialidade. O diálogo entre as cortes supranacionais de direitos humanos .....	66
	1.1. Contornos da elaboração europeia no exame da imparcialidade judicial.....	68
	1.1.1. Referência tópica à imparcialidade objetiva no processo penal ...	70
	2. O controle da imparcialidade do juiz penal pela Corte Interamericana .....	74
	3. Imparcialidade objetiva e propostas de reforma da legislação processual penal brasileira quanto à atuação funcional e orgânica do juiz penal .....	77
	Conclusão.....	81
	Bibliografia .....	82
6.	<b>RESGATANDO A PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA .....</b>	85
	MARCELO SEMER	
	Introdução .....	85
	1. Das provas testemunhais: a palavra do policial.....	87
	2. Da aptidão probatória aos elementos de inquérito.....	89
	3. Da gestão das provas pelo juiz .....	90
	4. Da generalização da prisão provisória .....	91
	5. Da excessiva valorização dos registros da vida pregressa .....	93
	6. Resgatando a presunção de inocência.....	93
	6.1. A palavra do policial .....	94
	6.2. Do sistema acusatório.....	94
	6.3. Do reconhecimento pessoal.....	95
	6.4. Da violação de domicílio .....	96
	6.5. Das buscas pessoais .....	97
	Bibliografia .....	98

7.	<b>DE NOVO, A IMPARCIALIDADE DO JUIZ CRIMINAL</b> .....	101
	RUBENS R. R. CASARA	
	1. Autoritarismo, neoliberalismo e transformações das agências do Sistema de Justiça Criminal: a crise da imparcialidade.....	101
	2. Princípio da imparcialidade.....	107
	3. Distinção entre neutralidade e imparcialidade.....	110
	4. A duração razoável do processo e a imparcialidade.....	110
	5. A liberdade de expressão dos juízes.....	111
	6. Princípio da inércia.....	113
	Conclusão.....	114
8.	<b>NOTAS SOBRE O CONTROLE DO ARQUIVAMENTO DA INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR EM CASOS DE ATRIBUIÇÃO ORIGINÁRIA DO PROCURADOR-GERAL</b> .....	115
	DANIELLE SOUZA DE ANDRADE E SILVA CAVALCANTI	
	Introdução.....	115
	1. A etapa de encerramento das investigações preliminares nos tribunais.....	116
	1.1. O arquivamento dos autos da investigação na sistemática do art. 28 do CPP (em sua redação originária).....	116
	1.2. O arquivamento dos autos da investigação na nova redação do art. 28 do CPP (conforme a Lei 13.964/2019).....	119
	2. O arquivamento da investigação nos tribunais: irrecusabilidade do pedido....	121
	3. Necessidade de controle da decisão do titular da ação penal: propostas de ajuste sistêmico.....	124
	Bibliografia.....	128
9.	<b>ESCOLHAS VICIADAS E CHECKS AND BALANCES: QUEM FISCALIZA O FISCALIZADOR NOS CASOS DE ARQUIVAMENTO INDEVIDO DE INQUÉRITOS DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA?</b> .....	131
	GLENDER MALHEIROS GUIMARÃES e JOSÉ CARLOS TAJRA REIS JUNIOR	
	Introdução.....	131
	1. Sistema penal acusatório.....	132
	2. MP, CF e processo penal brasileiro.....	134
	3. Poder político e escolha chefia do MP.....	135
	4. Escolhas viciadas e <i>checks and balances</i> : quem fiscaliza o fiscalizador nos casos de arquivamento indevido de inquéritos de competência originária?.....	136
	Conclusão.....	142
	Bibliografia.....	143
10.	<b>O ACORDO DE PERSECUÇÃO PENAL E OS CRIMES FALIMENTARES: ENTRE O TEXTO E O CONTEXTO</b> .....	145
	TADEU SANTOS CARDOSO e MANOEL DE QUEIROZ PEREIRA CALÇAS	
	Introdução.....	145
	1. Os crimes falimentares: aspectos gerais.....	146

2.	Os crimes falimentares no plano processual.....	157
3.	O ANPP e os crimes falimentares: (in)viabilidade.....	161
	Conclusão.....	167
	Bibliografia.....	168
11.	<b>A ILEGITIMIDADE DA DENÚNCIA PROLIXA</b> .....	171
	NÉVITON GUEDES	
	Introdução.....	171
1.	Da (in)idoneidade da denúncia penal de comunicar-se com a defesa.....	174
2.	A denúncia e as funções de delimitação e de informação.....	176
3.	A improbabilidade de comunicação de uma denúncia longa.....	178
	Bibliografia.....	180
12.	<b>TERCEIRO EM DISCÓRDIA? O ARTIGO 109, V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E A JURISDIÇÃO CRIMINAL DE FRONTEIRA</b> .....	181
	BRUNO HERMES LEAL	
	Introdução.....	181
1.	Fronteiras do processo.....	184
	A) O terceiro.....	184
	B) O método.....	187
2.	Crime sem fronteira.....	189
	A) O caso.....	190
	B) A discórdia.....	191
	Considerações finais.....	196
	Bibliografia.....	197
13.	<b>A INVESTIGAÇÃO DE RUA À LUZ DO PRINCÍPIO DA MELHOR PROVA: A GRAVAÇÃO AUDIOVISUAL POR CÂMERAS CORPORAIS (BODY-WORN CAMERAS) COMO METAPROVA E MEIO DE CORROBORAÇÃO DO DEPOIMENTO POLICIAL</b> .....	201
	GISELA AGUIAR WANDERLEY	
	Introdução.....	201
1.	O princípio da melhor prova ( <i>best evidence</i> ) aplicado às provas irrepetíveis e cautelares produzidas na investigação: a função epistêmica do contraditório e o princípio da cooperação processual.....	203
2.	A necessidade de metaprovas da idoneidade da prova obtida na investigação preliminar.....	206
3.	A necessidade de fontes de corroboração do depoimento policial sobre o fato <i>probandum</i> ocorrido na fase de investigação preliminar.....	207
4.	A gravação audiovisual por câmeras corporais policiais.....	210
	Conclusão.....	213
	Bibliografia.....	214

<b>14. BUSCA PESSOAL, DOMICILIAR E <i>FISHING EXPEDITIONS</i>: UMA BREVE ANÁLISE DAS RECENTES DECISÕES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA NO HC 663.055/MT E NO RHC 158.580/BA .....</b>	<b>215</b>
LEONARDO ISSA HALAH	
Introdução .....	215
1. Conceituando <i>fishing expedition</i> .....	216
2. Origens e evolução histórica do tema .....	217
3. Recurso Ordinário no <i>Habeas Corpus</i> 158.580/BA – Busca pessoal.....	222
4. <i>Habeas Corpus</i> 663.055/MT– Desvio de finalidade e busca domiciliar.....	224
Conclusões .....	227
Referências Bibliográficas .....	228
<b>15. O PROBLEMA DA VERDADE NO PROCESSO PENAL: A RELAÇÃO ENTRE FATO E PROVA NO CONTEXTO DAS ATITUDES PROPOSICIONAIS .....</b>	<b>231</b>
RÔMULO LAGO E CRUZ	
Introdução .....	231
1. A epistemologia e a epistemologia judiciária .....	232
1.1. A falibilidade e a incerteza científicas .....	233
1.2. A ciência do direito e a epistemologia judiciária .....	234
1.3. Epistemologia judiciária e garantismo penal: como se obter uma decisão justa? .....	235
1.3.1. Os universos do direito: entre normas jurídicas e fatos.....	236
1.3.2. A observância do devido processo legal.....	237
2. Pressupostos para a adoção de um modelo racionalista de valoração e provas .....	238
2.1. A busca da verdade enquanto finalidade precípua do processo penal ...	239
2.2. Adoção da teoria da verdade como correspondência .....	241
2.3. Recurso epistêmico da probabilidade indutiva ou lógica para a valoração da prova.....	242
3. Prova no contexto das atitudes proposicionais.....	243
3.1. Prova sem convicção do julgador .....	244
3.2. Aceitabilidade e contextualização probatória .....	245
Conclusão.....	246
Bibliografia .....	246
<b>16. A LEI Nº 13.964/2019 E A PRISÃO PREVENTIVA DE OFÍCIO .....</b>	<b>249</b>
FERNANDO ZARDINI ANTONIO	
Introdução .....	249
1. A Lei nº 13.964/2019 e a prisão preventiva de ofício: interpretação jurisprudencial.....	253
2. O prestígio ao sistema acusatório e a vedação à proteção deficiente .....	255
Conclusão.....	260
Bibliografia .....	261

17.	<b>CRITÉRIOS DE INTERPRETAÇÃO DA LEI N. 7.960/90 FIXADOS PELO STF PARA PRISÕES TEMPORÁRIAS NO JULGAMENTO DAS ADIS 4.109/DF E 3.360/DF</b> .....	263
	GRACIELA DE REZENDE HENRIQUEZ	
	Considerações iniciais .....	263
	1. Conceito de prisão temporária .....	263
	2. Requisitos e prazo .....	264
	3. Legitimidade para requerimento .....	265
	4. Decurso do prazo da prisão temporária .....	265
	5. As decisões do STF nas ADIs nºs 4.190 e 3.360 .....	266
	Conclusões .....	275
18.	<b>AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA – ILEGAL, IMORAL, ENGORDA? UMA RELEITURA CONTEMPORÂNEA E À LUZ DO DIREITO COMPARADO</b> .....	277
	GRÉCIO NOGUEIRA GRÉGIO	
	Introdução .....	277
	1. Contextualização .....	279
	2. Por que realizar a audiência de custódia? .....	280
	3. Princípios aplicáveis nas AC.....	282
	4. Tempo e modo – Vídeo x presencial, eis a questão? .....	286
	5. Presença do MP e da Defesa .....	291
	6. O uso de medidas cautelares menos gravosas que a prisão .....	292
	7. Debilidade mental, portadores de necessidades especiais e as AC .....	292
	8. Presença de policiais – Agentes de escolta e uso de algemas .....	294
	Conclusão.....	294
19.	<b>TRIBUNAL DE JÚRI SOB A PERSPECTIVA DE PARIDADE DE GÊNERO: UMA PROPOSTA PARA O CONSELHO DE SENTENÇA</b> .....	295
	CARLOS ALBERTO GARCETE	
	Introdução .....	295
	1. Necessidade da paridade de gênero no Poder Judiciário .....	296
	2. Necessidade da paridade de gênero no tribunal de júri. Atualmente, como é formado o Conselho de Sentença?.....	297
	3. Projeto de lei do novo Código de Processo Penal.....	299
	4. Implantando a paridade de gênero no Conselho de Sentença de Tribunal do Júri .....	300
	Bibliografia .....	305
20.	<b>A CONFORMAÇÃO DO FATO ESTRANGEIRO AO ORDENAMENTO JURÍDICO INTERNO NA TRANSFERÊNCIA DE PESSOA CONDENADA</b> .....	307
	DÉBORA VALLE DE BRITO	
	Introdução .....	307
	1. Fundamentos da dupla incriminação .....	310



2.	A necessária superação da dicotomia sobre a análise da dupla incriminação em concreto ou em abstrato .....	313
	Conclusão.....	316
	Bibliografia .....	318
<b>21.</b>	<b>TRIBUNAL DO JÚRI NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: CRÍTICAS E PROPOSIÇÕES.....</b>	<b>319</b>
	LUCAS SALLES	
1.	Ideias preliminares. O Tribunal Popular como ferramenta de realização da cidadania ativa .....	319
2.	Incomunicabilidade dos jurados. Ofensa à deliberação democrática.....	323
3.	Absolvição a partir do quesito genérico e apelação com base em pretensão julgamento contrário à prova dos autos. Ofensa à soberania dos veredictos ...	324
4.	Justificação das decisões do júri popular. Ofensa à soberania dos veredictos....	328
5.	Linhas de encerramento.....	329
	Bibliografia .....	331
<b>22.</b>	<b>JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO NO PROCESSO PENAL: UMA CONSTRUÇÃO TANTO POSSÍVEL QUANTO NECESSÁRIA.....</b>	<b>333</b>
	MARIANA REZENDE FERREIRA YOSHIDA	
	Introdução .....	333
1.	Notas conceituais: o que é julgamento com perspectiva de gênero? .....	336
2.	Por que e como julgar com perspectiva de gênero? .....	338
2.1.	Arcabouço normativo: por que julgar com perspectiva de gênero? .....	338
2.2.	O fazer jurisdicional na prática: como julgar com perspectiva de gênero no processo penal.....	342
2.2.1.	Diretrizes Nacionais Feminicídio: investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres....	343
2.2.2.	Julgamento com Perspectiva de Gênero: um guia para o direito previdenciário .....	346
2.2.3.	Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero .....	347
	Conclusões .....	351
	Bibliografia .....	352
<b>23.</b>	<b>CALIBRAÇÃO NO PROCESSO PENAL POR CRIME TRIBUTÁRIO.....</b>	<b>355</b>
	ROSMAR ANTONNI RODRIGUES CAVALCANTI DE ALENCAR	
	Introdução .....	355
1.	Crime tributário e hipótese acusatória .....	356
2.	Procedimento e tutela da liberdade .....	359
3.	Calibração e norma sobre justa causa para a ação penal.....	361
	Conclusão.....	363
	Bibliografia .....	364

24.	<b>STANDARD DE PROVA E A FALTA GRAVE NA EXECUÇÃO PENAL: O COMETIMENTO DE NOVO DELITO DURANTE O CUMPRIMENTO DA PENA, A PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E A EXIGÊNCIA DO RECEBIMENTO DA DENÚNCIA COMO STANDARD PROBATÓRIO MÍNIMO</b> .....	365
	ANDRÉ GUASTI MOTTA	
	Introdução .....	365
	1. A falta grave na execução penal – Hipóteses e aspectos gerais .....	366
	2. O <i>standard</i> de prova – Conceito – Aplicação no âmbito do processo penal.....	369
	3. O <i>standard</i> de prova, a presunção de inocência e o cometimento de novo crime durante a execução penal – Recebimento da denúncia como <i>standard</i> probatório mínimo .....	372
	Conclusão.....	376
	Bibliografia .....	379
25.	<b>INSURGÊNCIA URBANA, ARMAS DE GUERRA E LEGÍTIMA DEFESA (REFLEXÕES SOBRE A LEI DO ABATE)</b> .....	381
	ALEXANDRE ABRAHÃO, CARLOS EDUARDO RIBEIRO LEMOS e LUÍS EDUARDO FACHETTI DE OLIVEIRA	
	Introdução .....	381
	A Realidade Brasileira .....	385
	Conclusão.....	387
26.	<b>AUTOLAVAGEM DE DINHEIRO NO BRASIL: UMA TIPICIDADE DECOTADA POR PRINCÍPIOS</b> .....	391
	CAROLINA SOUZA MALTA	
	Introdução .....	391
	1. O silêncio da Lei nº 9.613/98 e suas repercussões.....	392
	2. A admissão da autolavagem pelos Tribunais Superiores e os limites impostos à criminalização .....	396
	3. As dificuldades práticas enfrentadas no enquadramento das condutas como autolavagem.....	401
	4. A necessidade de parâmetros objetivos .....	406
	Conclusão.....	408
	Bibliografia .....	409
27.	<b>MENOR INFRATOR OU ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI? REFLEXÕES SOBRE A RESPONSABILIZAÇÃO DE ADOLESCENTES AUTORES DE ATOS INFRACIONAIS NO BRASIL</b> .....	415
	CLAUDIA CATAFESTA	
	Introdução .....	415
	1. Doutrina da situação irregular e doutrina da proteção integral: a necessidade de mudança de paradigma na socioeducação .....	417
	2. O reconhecimento da condição peculiar de desenvolvimento de adolescentes autores de ato infracional .....	421

Considerações finais .....	426
Bibliografia .....	427
<b>28. BREVE ENSAIO SOBRE A JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA NO CRIME DE TRÁFICO DE ENTORPECENTES: UMA DIVERGÊNCIA A SER SUPERADA.....</b>	<b>431</b>
FABIO AGUIAR MUNHOZ SOARES	
Bibliografia .....	442
<b>29. ENTRE PODERES E AFETOS, A TIPICIDADE DA TORTURA-CASTIGO-SUBJUGAÇÃO DE GÊNERO.....</b>	<b>443</b>
JAYME WEINGARTNER NETO	
Introdução .....	443
1. Conceito pré-típico de tortura como farol hermenêutico .....	444
2. A tipicidade [ampla] da tortura .....	445
3. A especificidade da tortura-castigo no âmbito da violência doméstica. Descarte da posição de garante, um diálogo com o STJ .....	448
4. Conclusão: a tortura-subjugação de gênero, uma intersecção típica .....	455
<b>30. DESAFIOS AO ACORDO DE COLABORAÇÃO PREMIADA.....</b>	<b>457</b>
JOÃO PEDRO GEBRAN NETO	
1. Colaboração premiada e a lei anticrime .....	457
2. Da negociação da colaboração premiada .....	459
3. Do conteúdo dos acordos .....	463
4. Da atuação judicial na colaboração premiada .....	466
5. Questões práticas relevantes .....	476
5.1. Os acordos de colaboração não podem limitar a reparação do dano, vez que atinge direito da vítima .....	476
5.2. A suspensão do processo (prevista no art. 4º, § 3º, da Lei 12.850/2013) é medida prévia adequada para aferição da efetividade da colaboração, mediante a corroboração das alegações, antes da homologação do acordo de colaboração .....	476
5.3. A homologação do acordo de colaboração representa o momento mais importante, sendo dever do magistrado realizar a sindicabilidade dos elementos do acordo, bem como o equilíbrio entre o prêmio e a efetividade da colaboração, apurando num juízo de “eficácia virtual” ou “eficácia aparente” da colaboração .....	477
5.4. Havendo pluralidade de fatos não conexos, objeto de colaboração, a homologação de acordo deve se dar perante todos e cada um dos juízos competentes (ressalvadas as competências firmadas por prerrogativa de foro).....	478
5.5. Os diversos acordos de colaboração firmados por um mesmo colaborador em diferentes processos devem conter cláusulas conciliáveis, cumprindo ao advogado do colaborador, por força do dever de lealdade e boa-fé,	

	informar os juízos sobre a existência de acordos anteriores, a fim de viabilizar a compatibilização .....	479
5.6.	As penas acordadas nos pactos de colaboração devem ser preferencialmente móveis, devendo, o Poder Judiciário, depois de homologado o acordo, conferir deferência ao acordado, fixando deveres nos limites das obrigações assumidas no pacto, como modo de conferir maior segurança jurídica .....	480
5.7.	As cláusulas que suspendem a investigação, após o decurso de determinado tempo e condições, devem condicionar a suspensão dos processos após o recebimento da denúncia.....	481
	Conclusão.....	481
<b>31.</b>	<b>MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA E AUDIÊNCIAS: ESTRATÉGIA DE ACESSO QUALIFICADO DAS MULHERES À JUSTIÇA .....</b>	<b>483</b>
	MARCELA SANTANA LOBO	
	Introdução .....	483
1.	Diretrizes procedimentais para as medidas protetivas de urgência na Lei 11.340/2006 .....	485
2.	A importância de identificação dos fatores de risco para o acolhimento da vítima .....	488
3.	A reconstrução da autonomia da mulher no enfrentamento à violência e a realização das audiências de verificação .....	490
	Considerações finais .....	493
	Bibliografia .....	493

Guilherme Américo Grécio Nogueira Mariana Peisino André Guasti  
Madeira Dezem Bedê Júnior Grégio do Amaral Motta  
Ewerton Glander Malheiros Jacob Arnaldo Ney de Barros Guilherme  
Nicoli Guimarães Campos Farache Nello Filho Gomes Vieira  
Glaucio Roberto Gilberto Azevedo Orlando Claudia Rodrigo  
Brittes de Araujo de Moraes Costa Faccini Neto Catafesta Rodrigues Dias  
José Carlos Iajra Marcela Adriana Ramos Lívia de Meira Gisela Aguiar  
Reis Junior Santana Lobo de Mello Lima Paiva Wanderley  
Fernando Zardini Raffaella Cássia Leonardo Graciela de Rezende Mariana Marinho  
Antonio de Sousa Lissa Halah Henriquez Machado  
Rosmar Antonni Rodrigues Carolina Bruno Jayme  
Cavalcanti de Alencar Souza Malta Hermes Leal Weingartner Neto  
Leandro Danielle Souza de Andrade Eduarda Farias  
L. Cadenas Prado e Silva Cavalcanti Fontenele

ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
AMÉRICO BEDÊ JÚNIOR  
GUILHERME MADEIRA DEZEM

# JUSTIÇA CRIMINAL

## A PROVA NO PROCESSO PENAL

### NA ÓTICA DOS

### JUÍZES BRASILEIROS

VOL. II

THOMSON REUTERS  
REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™

*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais*

**JULIANA MAYUMI ONO**

*Gerente de Conteúdo*

**ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES**

*Editorial:* Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

*Assistente de Conteúdo Editorial:* Juliana Menezes Drumond

*Analista de Conteúdo Editorial Júnior:* Ana Carolina Francisco

*Estagiária:* Aline Pavanelli

*Produção Editorial e Equipe de Conteúdo Digital*

*Gerente de Conteúdo*

**MILSA CRISTINE ROMERA**

*Especialistas Editoriais:* Emanuel Silva, Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

*Analistas de Operações Editoriais:* Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade e Patrícia Melhado Navarra

*Analistas de Qualidade Editorial e ProView:* Ana Paula Cavalcanti, Gabriel George Martins, Gabriela Cavalcante Lino, Maria Carolina Ferreira, Maria Cristina Lopes Araújo, Rodrigo Araújo e Victória Menezes Pereira

*Estagiárias:* Michelle Kwan e Thabata Flausino de Almeida

*Capa:* Linotec

*Adaptação capa:* Ariel Villalba e Cinthia Riveros

*Lider de Inovações de Conteúdo para Print*

**CAMILLA FUREGATO DA SILVA**

*Gerente de Operações e Produção Gráfica*

**MAURICIO ALVES MONTE**

*Analistas de Produção Gráfica:* Ana Paula de Araújo Evangelista e Jéssica Maria Ferreira Bueno

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

---

Coleção Justiça Criminal na ótica dos juízes brasileiros : vol. 2 / Rogério Schietti Cruz, Américo Bedê Júnior e Guilherme Madeira. — Dezem, coordenação — São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2023.  
Vários autores.

Bibliografia.  
ISBN 978-65-260-0082-3

1. Direito processual penal - Brasil 2. Juízes - Brasil 3. Justiça criminal - Brasil 4. Prova (Direito) - Brasil I. Cruz, Rogério Schietti. II. Dezem, Guilherme Madeira. III. Bedê Júnior, Américo.

23-162635

CDU-343.1(81)

---

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Brasil : Justiça criminal : Direito processual penal 343.1(81)

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	5
1. CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PROJETOS DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS CRIMINAL .....	15
GUILHERME MADEIRA DEZEM	
Introdução .....	15
1. A importância da ética e os riscos de inebriar-se .....	17
2. Valores em jogo .....	19
3. Inspiração estrangeira: ponto de partida ou de chegada? .....	21
4. Projetos existentes .....	23
5. Alguns pontos sensíveis .....	25
Conclusão .....	27
Referências bibliográficas .....	28
2. UMA CRÍTICA AO GARANTISMO DE FERRAJOLI: LIMITES E POSSIBILIDADES .....	31
AMÉRICO BEDÊ JÚNIOR	
Introdução .....	31
1. Garantismo e verdade. Verdade aproximativa fática e verdade opinativa jurídica. Tratados internacionais de direitos humanos e o direito à verdade <i>versus</i> o positivismo de Ferrajoli ( <i>auctoritas non veritas facit legem</i> ) .....	36
2. Limites e possibilidade do garantismo. Por quais razões o garantismo deve englobar a proteção dos direitos das vítimas e o papel do processo penal em um Estado Democrático de Direito. Lealdade processual e garantismo? .....	43
3. O que significa ser um juiz garantista? Poderes instrutórios do juiz e sua compatibilidade com o garantismo .....	54
4. Garantismo enquanto uma forma relevante de implementar direitos humanos, mas não a única. Fragilidades como meio de defesa da democracia. ....	68
Conclusão: ainda e sempre o garantismo. ....	78
Referências bibliográficas .....	81

3.	<b>A INDELEGABILIDADE DA PRODUÇÃO E VALORAÇÃO PROBATÓRIA NO SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS</b> .....	83
	GRÉCIO NOGUEIRA GRÉGIO e MARIANA PEISINO DO AMARAL	
	Introdução .....	83
	1. A atuação probatória em concreto .....	84
	2. O ser interpretativo .....	85
	3. Do referencial jurídico para reconhecimento do vício do ato.....	87
4.	<b>A RESISTÊNCIA À UTILIZAÇÃO DA VIDEOCONFERÊNCIA NA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA E O MITO DA CAVERNA</b> .....	91
	ANDRÉ GUASTI MOTTA e EWERTON NICOLI	
	Introdução .....	91
	1. A utilização da videoconferência na audiência de custódia e o “mito da caverna” .....	92
	2. A introdução da audiência de custódia no Brasil.....	94
	3. O conceito de apresentação e a restrição genérica à realização da audiência por videoconferência contida na reforma processual de 2019 – uma defesa da utilização da tecnologia .....	97
	Conclusão .....	102
	Referências bibliográficas .....	102
5.	<b>A SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA DE PRIMEIRA INSTÂNCIA COMO LIMITE TEMPORAL DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA</b> .....	105
	GLENDER MALHEIROS GUIMARÃES	
	Introdução .....	105
	1. A prova e a presunção jurídica .....	106
	1.1. O Processo Penal e a Verdade .....	106
	1.2. O objeto da prova no Processo Penal. As presunções <i>iuris tantum</i> e <i>iuris et de iuri</i> e a Presunção Aparente .....	106
	2. A presunção de inocência e suas facetas como princípio informador do Processo Penal, regra de tratamento do acusado e regra de julgamento.....	108
	2.1. A presunção de inocência como princípio informador do Processo Penal ...	109
	2.2. A presunção de inocência como regra de tratamento do imputado.....	110
	2.3. A presunção de inocência como regra de julgamento .....	111
	3. A presunção de inocência como regra probatória .....	111
	3.1. A prova e o Sistema Acusatório.....	112
	4. A sentença penal condenatória de primeira instância como limite temporal da presunção de inocência .....	114
	Conclusão .....	120
	Referências bibliográficas .....	122



6.	<b>A VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER E O DESAFIO PROBATÓRIO PARA CONFIGURAÇÃO DO CRIME PREVISTO NO ARTIGO 147-B DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO (CPB)</b> .....	125
	JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE	
	Introdução .....	125
	1. A violência estrutural: conceito, características e tipos.....	126
	2. A proteção normativa internacional e nacional da mulher: breves ponderações ....	130
	3. O crime do artigo 147-B do Código Penal brasileiro: “e agora José?” .....	133
	Considerações finais.....	135
	Referências bibliográficas .....	136
7.	<b>APLICATIVOS DE TROCA DE MENSAGENS E VALOR PROBATÓRIO: O IMPACTO DAS NOVAS TECNOLOGIAS NO PROCESSO PENAL</b> .....	137
	NEY DE BARROS BELLO FILHO e GUILHERME GOMES VIEIRA	
	Introdução .....	137
	1. Aspectos probatórios no Processo Penal.....	138
	2. Novas tecnologias na troca de mensagens e jurisprudência dos tribunais superiores.....	139
	Considerações finais.....	144
	Referências bibliográficas .....	144
8.	<b>ATIVIDADE INSTRUTÓRIA SUPLETIVA DO JUIZ NO PROCESSO PENAL – HIPÓTESES COMPLEMENTARES DE PROBLEMATIZAÇÃO</b> .....	147
	GLAUCIO ROBERTO BRITTES DE ARAUJO e GILBERTO AZEVEDO DE MORAES COSTA	
	1. Modelos acusatório, inquisitivo e misto .....	147
	2. Poder instrutório do juiz nos sistemas de <i>civil law</i> .....	149
	3. Poder instrutório do juiz no ordenamento brasileiro .....	151
	4. Momento em que se faz possível a iniciativa probatória do juiz .....	154
	5. Espécies de provas admitidas por iniciativa do juiz .....	155
	6. Finalidade da atividade supletiva instrutória.....	156
	Conclusões .....	160
	Referências bibliográficas .....	161
9.	<b>COMO SE PROVA O DOLO?</b> .....	167
	ORLANDO FACCINI NETO	
	Introdução.....	167
	1. O que provar no Processo Penal?.....	168
	2. O dolo .....	169
	3. Provar o dolo? .....	171
	Conclusão .....	172
	Referências bibliográficas .....	172

<b>10. CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS OU TESTEMUNHAS DE VIOLÊNCIA: A AVALIAÇÃO PRELIMINAR COMO GARANTIA DA PROTEÇÃO INTEGRAL NO DEPOIMENTO ESPECIAL.....</b>	<b>175</b>
CLAUDIA CATAFESTA e RODRIGO RODRIGUES DIAS	
Introdução.....	175
1. Doutrina da proteção integral e o reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos: do que estamos falando? .....	177
2. A Lei nº 13.431/17 e o sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência .....	179
3. A avaliação preliminar ao depoimento especial: a experiência do TJPR.....	182
Considerações finais.....	184
Referências bibliográficas .....	185
<b>11. DA LIMITAÇÃO PROBATÓRIA NO ÂMBITO DO TRIBUNAL DO JÚRI.....</b>	<b>187</b>
JOSÉ CARLOS TAJRA REIS JUNIOR	
Introdução.....	187
1. O Tribunal do Júri.....	188
1.1. Considerações preliminares .....	188
1.2. A instrução plenária .....	189
2. Das limitações probatórias no plenário do júri .....	190
2.1. Da menção à decisão de pronúncia ou que admitiu a acusação.....	190
2.2. Referências à determinação do uso de algemas e silêncio do réu .....	194
2.3. A prova ilícita e o conhecimento dos jurados .....	195
2.4. Da proibição da tese de legítima defesa da honra.....	197
2.5. Do prazo para a juntada de documentos novos .....	200
Conclusão .....	202
Referências bibliográficas .....	203
<b>12. DEPOIMENTO ESPECIAL E CRIMES SEXUAIS: O DEVER DE ESCUTA PROTEGIDA DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA .....</b>	<b>205</b>
MARCELA SANTANA LOBO	
Introdução.....	205
1. Enfrentamento à violência institucional enquanto violência de gênero.....	208
2. Mulheres e sua escuta humanizada: a aplicação do depoimento especial na apuração de crimes contra a dignidade sexual.....	212
Considerações finais.....	214
Referências bibliográficas .....	214

13. A PALAVRA DA MULHER NOS PROCESSOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL: APLICAÇÃO PRÁTICA DO PROTOCOLO PARA JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO DO CNJ .....	217
ADRIANA RAMOS DE MELLO e LÍVIA DE MEIRA LIMA PAIVA	
Introdução .....	217
1. Estereótipos, discriminação e discurso jurídico .....	220
2. A análise das provas com lentes de gênero e a aplicação prática do protocolo do CNJ .....	223
3. A palavra da vítima e a audiência de instrução e julgamento nos crimes contra a dignidade sexual.....	228
Bibliografia .....	230
14. INDÍCIOS RAZOÁVEIS, FUNDADA SUSPEITA, FUNDADAS RAZÕES? UMA PROPOSTA DE <i>STANDARD</i> PROBATÓRIO PARA MEDIDAS INVESTIGATIVAS INVASIVAS.....	233
GISELA AGUIAR WANDERLEY	
Introdução .....	233
1. <i>Standards</i> probatórios: distribuição do risco de erro e tendência geral ascendente.....	234
2. <i>Standards</i> probatórios na fase de investigação preliminar: algumas premissas .....	236
3. Uma proposta de <i>standard</i> probatório para as medidas investigativas invasivas...	238
3.1. O elemento “a”: mínima corroboração da hipótese investigada.....	239
3.2. O elemento “b”: exaurimento das medidas não invasivas ou menos invasivas.....	241
3.3. Requisitos cumulativos eventuais: cabimento e formalidades legais .....	242
Conclusão .....	243
Referências Bibliográficas .....	243
15. INVIOABILIDADE DOMICILIAR E FLAGRANTE DE CRIMES PERMANENTES .....	245
FERNANDO ZARDINI ANTONIO	
Introdução .....	245
1. A inviolabilidade domiciliar .....	246
2. A interpretação jurisprudencial e doutrinária da inviolabilidade domiciliar .....	248
3. Inviolabilidade domiciliar e flagrante de crimes permanentes.....	253
Conclusão .....	255
Referências bibliográficas .....	256

16.	<b>LAUDO ANTROPOLÓGICO NAS AÇÕES CRIMINAIS ENVOLVENDO PESSOA INDÍGENA: PRINCIPAIS ASPECTOS DA PRODUÇÃO DA PROVA</b> .....	259
	RAFFAELA CÁSSIA DE SOUSA	
	Introdução.....	259
	1. O que é perícia antropológica? .....	261
	2. Os aspectos gerais da perícia antropológica nos processos criminais envolvendo pessoas indígenas .....	262
	3. As Resoluções 287/2019 e 454/2022 do CNJ e a produção de laudos periciais antropológicos.....	264
	Considerações finais.....	268
	Referências bibliográficas .....	269
17.	<b>O CONTROLE JUDICIAL DA ATIVIDADE POLICIAL E O FENÔMENO “DROPSY” À BRASILEIRA: “O RÉU FRANQUEOU A ENTRADA” E OUTRAS ESTÓRIAS</b> ....	271
	LEONARDO ISSA HALAH	
	Introdução.....	271
	1. A experiência dos EUA no controle da atividade policial.....	272
	2. Do “ <i>dropsy</i> ” ao “ <i>testilying</i> ” .....	273
	3. “ <i>Dropsy</i> ” e “ <i>testilying</i> ” à brasileira: “arredondando a ocorrência” .....	276
	4. Algumas possíveis soluções.....	279
	Conclusão .....	282
	Referências bibliográficas .....	283
18.	<b>O VALOR PROBATÓRIO DA INVESTIGAÇÃO E A PROCESSUALIZAÇÃO DO INQUÉRITO POLICIAL: DA PRODUÇÃO À VALORAÇÃO</b> .....	285
	GRACIELA DE REZENDE HENRIQUEZ	
	Introdução.....	285
	1. O inquérito policial e a produção dos elementos informativos na fase investigatória no ordenamento jurídico brasileiro .....	286
	2. A valoração dos elementos de informação na persecução penal.....	288
	3. A processualização dos procedimentos na Constituição de 1988 e a possível processualização dos inquéritos policiais .....	291
	Considerações finais.....	295
	Referências bibliográficas .....	296
19.	<b>OS PRECEDENTES JUDICIAIS EM MATÉRIA DE PROVA NO PROCESSO PENAL: DIRETRIZES E IMPORTÂNCIA</b> .....	299
	MARIANA MARINHO MACHADO	
	Introdução.....	299
	1. O sistema de precedentes judiciais vinculantes .....	300
	2. A aplicação dos precedentes ao processo penal.....	302

3. Precedentes em matéria probatória nos tribunais superiores.....	304
Considerações finais.....	308
Referências bibliográficas.....	309
<b>20. PARÂMETRO DA PROVA NO PROCESSO PENAL .....</b>	<b>311</b>
ROSMAR ANTONNI RODRIGUES CAVALCANTI DE ALENCAR	
Introdução.....	311
1. O parâmetro probatório no sistema continental .....	312
2. O parâmetro probatório no sistema realista do direito comum .....	315
3. Relação entre corpo de delito e indícios.....	317
4. Verdade no processo penal .....	318
Conclusão .....	320
Referências bibliográficas .....	320
<b>21. PRODUÇÃO DE PROVAS EM COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: A QUESTÃO DO INGRESSO DA PROVA ESTRANGEIRA NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO SEM A PARTICIPAÇÃO DA AUTORIDADE CENTRAL.....</b>	<b>323</b>
CAROLINA SOUZA MALTA	
Introdução.....	323
1. Modalidades de cooperação internacional.....	324
2. Produção probatória por cooperação internacional ativa: papel da Autoridade Central, <i>lex diligentiae</i> e a cláusula da ordem pública.....	325
3. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria .....	327
4. Ingresso da prova estrangeira sem a participação da autoridade central: parâmetros de apuração da validade.....	329
Conclusão .....	333
Referências bibliográficas .....	333
<b>22. RECONHECIMENTO PESSOAL EM PERSPECTIVA COMPARADA: AS CONTRIBUIÇÕES DO PROCESSO PENAL ITALIANO À RECONSTRUÇÃO DO ART. 226 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL BRASILEIRO .....</b>	<b>337</b>
BRUNO HERMES LEAL	
Introdução.....	338
1. A invenção do real .....	339
2. Imagens da justiça .....	344
Considerações finais.....	353
Referências .....	353
<b>23. “TÁ LÁ O CORPO ESTENDIDO NO CHÃO”? A [PROVA DA] MATERIALIDADE NO PROCEDIMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI.....</b>	<b>357</b>
JAYME WEINGARTNER NETO	
Introdução.....	357

1.	Uma paixão sombria projeta-se no campo probatório .....	358
2.	Crimes de resultado naturalístico e respectiva prova: breve quadro processual ...	359
3.	As singularidades que demarcam o procedimento do Tribunal do Júri, ou “espantando o paradoxo de um corpo de delito espectral” .....	362
	Conclusão .....	368
<b>24.</b>	<b>NOÇÕES GERAIS SOBRE TEORIA DA PROVA .....</b>	<b>371</b>
	LEANDRO CADENAS PRADO	
	Introdução .....	371
1.	Provas .....	371
1.1.	Conceito e finalidades .....	372
1.2.	Classificação .....	372
1.3.	Princípios .....	374
1.4.	Meios de prova .....	376
1.5.	Ônus da prova .....	376
	Conclusão .....	377
<b>25.</b>	<b>VERDADE, PROVA E EPISTEMOLOGIA JUDICIÁRIA: A NECESSIDADE DO CONTROLE RACIONAL DA ATIVIDADE JUDICIAL A PARTIR DOS STANDARDS DE PROVA .....</b>	<b>379</b>
	DANIELLE SOUZA DE ANDRADE E SILVA CAVALCANTI e EDUARDA FARIAS FONTENELE	
	Introdução .....	379
1.	A busca da verdade e suas concepções .....	380
1.1.	A (não) dicotomia entre verdade processual e verdade real .....	381
1.2.	Questionamentos acerca da possibilidade do conhecimento da verdade processual .....	383
2.	A atividade probatória à luz dos valores epistêmicos .....	384
2.1.	A imparcialidade do juiz .....	385
2.2.	O contraditório .....	385
2.3.	Presunção de inocência .....	386
2.4.	A razoável duração do processo .....	386
2.5.	O duplo grau de jurisdição .....	387
3.	A valoração probatória .....	387
3.1.	Métodos de valoração .....	388
4.	A decisão e a imprescindibilidade da fixação dos <i>standards</i> de prova .....	389
4.1.	<i>Standard</i> de prova como critério de decisão .....	390
4.2.	Motivação judicial e o controle epistemológico .....	391
	Conclusão .....	392
	Referências bibliográficas .....	392

Ney de Barros  
Bello Filho  
Bruno Hermes  
Leal  
Anderson de  
Paiva Gabriel  
Keity Mara Ferreira  
de Souza e Saboya  
Adriano Sant'Ana  
Pedra  
Leonardo Issa  
Halal  
Danielle Souza de Andrade  
de Silva Cavalcanti  
Felipe Gustavo Ramos  
de Oliveira Filho  
Daniel Ribeiro  
Surdí de Avelar  
Valdir Ricardo Lima  
Pompeo Marinho  
Lucas Sales  
da Costa  
Letícia  
Lemgruber  
Américo Bedê  
Freire Júnior  
Rodrigo  
Capez  
Rosmar Rodrigues  
de Alencar  
Grécio Nogueira  
Grégio  
Graciela de Rezende  
Henriquez  
Sérgio Ricardo  
de Souza  
Gisele Souza  
de Oliveira  
Chrysty Britto dos Reis  
Colombo Sarnaglia  
Fernando Zardini  
Antonio  
Francisco Bowen  
de Oliveira  
Luís Carlos  
Valois  
Michael Procopio  
Ribeiro Alves Avelar

ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
AMÉRICO BEDÊ JÚNIOR  
GUILHERME MADEIRA DEZEM

# JUSTIÇA CRIMINAL

## PRISÃO E MEDIDAS CAUTELARES

### NA ÓTICA DOS

### JUÍZES BRASILEIROS

VOL. III

## COLEÇÃO JUSTIÇA CRIMINAL

Na ótica dos juízes brasileiros:  
prisão e medidas cautelares  
Vol. 3

ROGERIO SCHIETTI CRUZ, GUILHERME MADEIRA DEZEM E AMÉRICO BEDÊ JÚNIOR  
Coordenação

© desta edição [2024]

**THOMSON REUTERS BRASIL CONTEÚDO E TECNOLOGIA LTDA.**

ALEXANDRE FERREIRA MATTIOLI

*Diretor Responsável*

Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855 – 13º andar – Vila Olímpia  
CEP 04548-005, São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Os autores gozam da mais ampla liberdade de opinião e de crítica, cabendo-lhes a responsabilidade das ideias e dos conceitos emitidos em seus trabalhos.

CENTRAL DE RELACIONAMENTO THOMSON REUTERS SELO REVISTA DOS TRIBUNAIS

(atendimento, em dias úteis, das 09h às 18h)

Tel. 0800-702-2433

*e-mail* de atendimento ao consumidor: [sacr@thomsonreuters.com](mailto:sacr@thomsonreuters.com)

*e-mail* para submissão dos originais: [aval.livro@thomsonreuters.com](mailto:aval.livro@thomsonreuters.com)

Conheça mais sobre Thomson Reuters: [www.thomsonreuters.com.br](http://www.thomsonreuters.com.br)

Acesse o nosso *eComm*

[www.livrariart.com.br](http://www.livrariart.com.br)

Impresso no Brasil [08-2024]

Profissional

Fechamento desta edição [26.06.2024]



ISBN 978-65-260-1417-2



## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>1. AS PENAS DOS SUSPEITOS: ESTUDO COMPARADO DO ART. 282, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL BRASILEIRO À LUZ DO CÓDIGO ANTIMÁFIA ITALIANO.....</b>	<b>13</b>
NEY DE BARROS BELLO FILHO e BRUNO HERMES LEAL	
Introdução.....	14
1. A suspeita sem crime .....	18
2. As penas cautelares .....	23
2.1. Ônus argumentativo da decisão judicial impositiva da cautelar.....	26
2.2. Ônus probatório e contraditório prévio .....	28
2.3. Ônus cronológico e crimes associativos.....	30
Considerações finais.....	32
Referências Bibliográficas.....	33
<b>2. BANCO NACIONAL DE MEDIDAS PENAIS E PRISÕES (BNMP 3.0): REVOLUCIONANDO A JUSTIÇA CRIMINAL POR MEIO DA TECNOLOGIA...</b>	<b>37</b>
ANDERSON DE PAIVA GABRIEL e KEITY MARA FERREIRA DE SOUZA E SABOYA	
Introdução.....	38
1. A imprescindibilidade de um banco nacional de medidas cautelares como o BNMP 3.0.....	41
Conclusão .....	51
Referências Bibliográficas.....	52

<b>3. PRISÃO E OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS EM DESFAVOR DE CANDIDATOS ÀS VÉSPERAS DAS ELEIÇÕES: UMA ANÁLISE CONSTITUCIONAL SOBRE SUAS POSSIBILIDADES .....</b>	<b>57</b>
ADRIANO SANT'ANA PEDRA	
Introdução: colocação do problema .....	57
1. Proteção do meio ambiente eleitoral .....	58
2. Imunidade eleitoral em face de medidas cautelares.....	61
3. Detenção, prisão e medidas cautelares pessoais em desfavor de candidatos .....	64
Considerações finais.....	66
Referências Bibliográficas.....	67
<b>4. ALGUNS APONTAMENTOS À JURISPRUDÊNCIA DO STJ EM MATÉRIA DE PRISÃO PREVENTIVA E HABEAS CORPUS .....</b>	<b>69</b>
LEONARDO ISSA HALAH	
Introdução.....	69
1. Dilação probatória x reexame de provas.....	71
2. Prova de materialidade e indícios de autoria: análise do <i>fumus commissi delicti</i> em <i>habeas corpus</i> .....	72
3. Gravidade concreta, quantidade de drogas e ordem pública: demonstração do <i>periculum libertatis</i> .....	75
4. Princípio da homogeneidade das cautelares .....	79
5. Saneamento dos vícios da prisão em flagrante pela conversão em preventiva.....	84
Conclusões.....	86
Referências Bibliográficas.....	88
<b>5. AINDA A TEMPORALIDADE ESPECÍFICA DA PRISÃO PREVENTIVA: A FIXAÇÃO LEGAL DE PRAZO MÁXIMO PARA SUA DURAÇÃO .....</b>	<b>91</b>
DANIELLE SOUZA DE ANDRADE E SILVA CAVALCANTI E FELIPE GUSTAVO RAMOS DE ●LIVEIRA FILHO	
Introdução.....	91
1. Desenho legislativo atual da prisão preventiva.....	92
1.1. Características e principiologia da prisão preventiva.....	94

2.	O problema da ausência de prazo máximo de duração da prisão preventiva no Brasil.....	97
2.1.	Projetos de lei dispendo sobre prazo máximo de duração da prisão preventiva.....	98
2.2.	O dever de reavaliação da prisão preventiva introduzido pela Lei n. 13.964/2019 .....	103
3.	Os prazos de revisão e de duração da prisão preventiva no direito comparado latino-americano .....	108
	Considerações finais.....	111
	Referências Bibliográficas.....	112
<b>6.</b>	<b>A LEGALIDADE DA INTERRUPÇÃO DO FLUXO DE DADOS COMO MEIO DE OBTENÇÃO DE PROVAS .....</b>	<b>117</b>
	DANIEL RIBEIRO SURDI DE AVELAR e VALDIR RICARDO LIMA POMPEO MARINHO	
	Introdução.....	117
1.	As proibições probatórias .....	122
	Conclusão .....	128
	Referências Bibliográficas.....	130
<b>7.</b>	<b>PRISÃO PREVENTIVA PARA FINS DE EXTRADIÇÃO: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS, APLICAÇÃO PRÁTICA E LEITURA CONSTITUCIONAL.....</b>	<b>133</b>
	LUCAS SALES DA COSTA	
	Introdução.....	133
1.	Lições doutrinárias e disciplina normativa da extradição .....	134
2.	Custódia voltada à extradição: do caráter automático e cogente à avaliação substancial e individualizada .....	137
3.	Da análise singularizada: por uma proposta de calibragem dos requisitos da custódia preventiva para fins de extradição .....	146
	Linhas de encerramento .....	149
	Referências Bibliográficas.....	150
<b>8.</b>	<b>STANDARD DE PROVA PARA PRISÃO PREVENTIVA EM CRIMES COM VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES .....</b>	<b>153</b>
	LETÍCIA LEMGRUBER e AMÉRICO BEDÊ FREIRE JÚNIOR	
	Introdução.....	153

1. Concepção racionalista da prova .....	154
2. <i>Standards</i> de prova .....	156
3. Razões para formulação do <i>standard</i> de prova para prisão preventiva em crimes de violência sexual contra crianças e adolescentes .....	158
4. Dados de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil .....	161
5. Sugestões de matrizes de risco processual que fundamentam a prisão preventiva em crimes com violência sexual contra crianças e adolescentes...	163
Conclusão .....	167
Referências Bibliográficas.....	168
<b>9. PRISÃO PREVENTIVA: MÁXIMAS DE EXPERIÊNCIA, GENERALIZAÇÕES E O LEITO DE PROCUSTO .....</b>	<b>171</b>
RODRIGO CAPEZ	
<b>10. ESTRUTURA DAS MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS.....</b>	<b>185</b>
ROSMAR RODRIGUES DE ALENCAR	
Introdução.....	185
1. Cautelaridade em matéria penal .....	186
2. Estrutura cautelar.....	190
3. Sentido cautelar .....	198
4. Função cautelar .....	200
Conclusão .....	202
Referências Bibliográficas.....	204
<b>11. AS MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS E A POLÍTICA ANTIMANICOMIAL DA RESOLUÇÃO 487/2023 DO CNJ.....</b>	<b>207</b>
GRÉCIO NOGUEIRA GRÉGIO	
Introdução.....	207
1. A inimputabilidade penal e as medidas de segurança.....	209
2. Os hospitais de custódia, o panóptico de Bentham e o caso Damiano Ximenes.....	212
3. A Resolução 487/2023 do CNJ.....	214
4. As medidas cautelares pessoais .....	216
Conclusões.....	219

<b>12. CYBERBULLYING (LEI 14.811/2024), PROIBIÇÃO DE ACESSO À INTERNET E A SOCIEDADE EM REDE: O DESAFIO DA EFETIVIDADE DAS MEDIDAS CAUTELARES NO PROCESSO PENAL ANTE A ERA DIGITAL....</b>	<b>223</b>
AMÉRICO BEDÊ FREIRE JÚNIOR e GRACIELA DE REZENDE HENRIQUEZ	
Introdução.....	224
1. A sociedade em rede e o direito: o impacto da era digital nas relações jurídicas.....	225
2. A Lei 14.811/2024 e a criminalização do <i>cyberbullying</i> .....	226
3. Proibição de acesso à internet e o crime de <i>cyberbullying</i> : medida cautelar processual penal atípica? .....	228
4. Efetividade da medida cautelar de proibição de acesso à internet: os desafios do Poder Judiciário na era da tecnologia .....	231
Considerações finais.....	233
Referências Bibliográficas.....	234
<b>13. MEDIDA CAUTELAR DE SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO PÚBLICA APLICÁVEL À ADVOCACIA PRIVADA: UMA ABORDAGEM SOBA PERSPECTIVA DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE E DA JURISPRUDÊNCIA DA SEXTA TURMA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA .....</b>	<b>237</b>
SÉRGIO RICARDO DE SOUZA, GISELE SOUZA DE LIVEIRA e CHRYSKY BRITTO DOS REIS COLOMBO SARNAGLIA	
Introdução.....	238
1. Requisitos para a aplicação das medidas cautelares penais: subsidiariedade da prisão preventiva.....	239
1.1. Aplicação da suspensão do exercício de função pública à advocacia privada: perspectiva do princípio da legalidade .....	241
1.2. Aplicação da suspensão do exercício de função pública à advocacia privada: perspectiva da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.....	245
Considerações finais.....	247
Referências Bibliográficas.....	248
<b>14. MEDIDAS CAUTELARES ATÍPICAS NO PROCESSO PENAL.....</b>	<b>251</b>
FERNANDO ZARDINI ANTONIO e FRANCISCO BOWEN DE OLIVEIRA	
Introdução.....	251
1. Fundamentos das medidas cautelares no processo penal.....	255

2. Medidas cautelares diversas da prisão.....	258
3. Medidas cautelares atípicas no processo penal.....	259
Conclusão .....	264
Referências Bibliográficas.....	264
<b>15. O CARÁTER CAUTELAR E INCONSTITUCIONAL DA EXECUÇÃO PENAL.....</b>	<b>267</b>
LUÍS CARLOS VALOIS	
Introdução.....	267
1. O encarceramento: sempre uma cautela.....	268
2. A regressão de regime cautelar .....	271
3. O exame criminológico e a progressão de regime cautelar .....	274
Conclusões.....	276
Referências Bibliográficas.....	277
<b>16. O PROCESSO PENAL EFICIENTE E JUSTO: A COMPREENSÃO DA PRISÃO PREVENTIVA A PARTIR DO PARADOXO DOS DIREITOS HUMANOS, DA TUTELA DA VÍTIMA E DOS DIREITOS DO ACUSADO.....</b>	<b>279</b>
MICHAEL PROCOPIO RIBEIRO ALVES AVELAR	
Introdução.....	279
1. Do velho paradoxo entre o poder de punir do Estado e o reconhecimento dos direitos humanos em sua faceta processual .....	281
2. Dos requisitos da prisão preventiva: da concepção advinda da teoria geral do processo à ideia de absoluta autonomia do processo penal .....	284
3. Do postulado da proporcionalidade e do princípio da subsidiariedade como parâmetros normativos da prisão preventiva.....	291
4. Da prisão preventiva sob a égide dos princípios caracterizadores de um processo penal équo e eficiente.....	294
Conclusão .....	296
Referências Bibliográficas.....	297